

MOURÃO, Paulo Reis - Recensão a DUQUE, Eduardo - Valores e religiosidade em Portugal - Comportamentos e atitudes geracionais. Porto: Edições Afrontamento, 2022. 126 p. ISBN 9789723619386. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 33 (2024) 97-102. ISSN 2182-7419.

DUQUE, Eduardo – *Valores e religiosidade em Portugal – Comportamentos e atitudes geracionais*. Porto: Edições Afrontamento, 2022. 126 p. ISBN 9789723619386.

PAULO REIS MOURÃO*

Departamento de Economia - Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho (EEG-UM)

O ano de 2023 ficou marcado, em Portugal, mas também na generalidade dos países europeus, pelo acontecimento das Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ), em Lisboa. As JMJ são um evento que, ao longo de quase quatro décadas, tem reunido milhões de jovens em determinadas cidades do globo, possibilitando-lhes encontros com o Papa, mas também momentos de convívio multicultural e transfronteiriço. Escusado será referir que, envolvendo muitos jovens cristãos (e católicos), tem tido também a participação de muitos jovens de outras expressões religiosas e de expressões de arreligiosidade.

Eduardo Duque antecipou o encontro (não o choque) destas religiosidades dos mais jovens em Lisboa em *Valores e Religiosidade em Portugal – Comportamentos e atitudes geracionais*. Publicado em 2022 pelas Edições Afrontamento, este livro mostra-nos que a religiosidade é uma dimensão muito viva, dinâmica e complexa, em Portugal, mas também na Europa.

Já em 2014, o autor tinha publicado *Mudanças culturais, mudanças religiosas – Perfis e tendências da religiosidade em Portugal numa perspetiva comparada* (Vila Nova de Famalicão: Editora Húmus, 338 pp.) Foi um estudo sobejamente lido e citado na literatura da especialidade.

Oito anos depois, Eduardo Duque tirou vantagem das edições mais atualizadas da base de dados European Values Survey, nomeadamente a de 2020, como aliás reconhecido no “Enquadramento metodológico do estudo”. Esta atualização permitiu refrescar, inclusive, algumas das observações (veja-se, por exemplo, o tema da religiosidade dos mais velhos) da obra anterior (Duque, 2014).

Gostaria de principiar a recensão de *Valores e religiosidade em Portugal* pelo capítulo inicial – o “Enquadramento metodológico do estudo”. É um capítulo que serve como introdução à obra e simultaneamente como enunciação da base metodológica seguida. Encontra-se parcelado em subcapítulos, que poderíamos identificar como assunções que suportam a análise executada. Senão, vejamos.

No subcapítulo “Um tempo de crescente complexidade”, aborda-se a velocidade da modernidade, a contingência das políticas e a carga de superinformação, reconhecendo-se que “Faz falta nas nossas sociedades a lentidão do tempo (...) tempo que permita conversas pessoais ‘sem tempo’; tempo que permita ‘perder tempo’” (pp. 16-17). Depois, em “A dimensão religiosa no contexto da cultura contemporânea – A questão da procura de Deus”, encontramos uma listagem das visões matriciais da nossa sociedade, que continua nesta procura – desde Nietzsche ao evolucionismo de Darwin, sem esquecer os tons mais recentes. Em “A racionalidade funcional”, Duque critica, mais uma vez, a modernidade dominante, acentuando uma crítica significativa presente em Duque (2014). É uma modernidade que domina com eficácia os dados mensuráveis, mas que é incapaz de maior profundidade sobre o ser humano e as comunidades; uma modernidade que não vê, não compreende e não legitima o que escapa a determinadas métricas e sensorialidades, apoiando-se numa Racionalidade que coloca o humano como órfão.

No subcapítulo “O desencanto da modernidade”, o autor aprofunda a crítica a esta modernidade que, efetivamente, prometeu e deu muito, nomeadamente o choque societal em redor da covid-19. Esta pandemia mostrou como o ser humano pode caracterizar-se por uma grande fragilidade. No subcapítulo seguinte, “A pós-modernidade como resposta”, observamos que o desencanto com a modernidade/pós-modernidade teve como contraponto a esperança em visões múltiplas e democráticas. Mas questiona-se aqui se, com a entrada em cena da Economia em rede e de redes que atuam sobre o indivíduo, esta pós-modernidade tão digitalizada mudou relações de trabalho, de estudo e de ócio e se o ser humano se sente um cidadão pleno.

Para obtermos uma resposta, avançamos para o subcapítulo “A deificação do consumo”, onde Duque reconhece que somos dependentes do que consumimos, nomeadamente das imagens. O domínio da imagem

tem sido exacerbado pela proliferação das redes sociais, que levam a uma Sacralização do efêmero e do presente. Vivemos, pois, numa sociedade tão cheia, que deixou de ter espaço para Deus. Como consequência, a dimensão religiosa aparenta ser uma paisagem reduzida. O subcapítulo subsequente intitula-se “Da dimensão religiosa à dimensão espiritual”. O ser humano experimenta o religioso, mesmo nestes tempos de reconfigurações; como afirma o autor: “não se pode falar de religião, porque o que importa é a experiência religiosa do indivíduo, dentro ou fora das instituições” (p. 28). Mas não é só a dimensão religiosa a ser reconfigurada, pois observamos também o “fim da pós-modernidade, ao abrirem-se as fronteiras para as histórias sem protagonista, o ensino sem mestre, o religioso sem centro, intérprete ou hierarquia” (p. 29). Em consequência, vivemos hoje o politeísmo do absoluto e do real, a espiritualidade desinstitucionalizada, com aproveitamento do esoterismo de contracorrente. Vivemos um tempo de novas Idolatrias, em que se entronizam (na experiência religiosa) realidades alheias à dimensão religiosa. De acordo com o autor, se é certo que “Jesus pagou com a sua vida a blasfêmia de tirar ao culto e à lei o monopólio da salvação e [de] ter devolvido ao ser humano a centralidade do acesso ao sagrado”, é também certo que: “Falar de Deus na contemporaneidade só pode nascer de um ambiente orante.”(p. 31) Curiosamente, um ambiente orante escalpelizado que deve ficar como desafio para outros estudos.

Avançamos para os dois últimos subcapítulos desta primeira parte da obra. O penúltimo, “Uma sociedade de processos ativos de aprendizagem”, aborda a desordem na nossa sociedade e o primado da/de uma ciência que “matematizou a forma como vivemos” (p. 34). O último subcapítulo intitula-se “E qual o papel da igreja nesta sociedade?” e está dividido em tópicos que definem uma linha de orientação da Igreja (católica) que se aproxima da reclamada na JMJ 2023: uma Igreja que não receia o presente e o futuro; uma Igreja aberta e com processos inteligentes; uma Igreja que dialoga com a ciência; uma Igreja que ama a verdade da pessoa. Em corolário, exige-se uma nova forma de estar em Igreja, assim como uma análise/preparação da religião fora da esfera pública.

A obra salta depois para o capítulo “Análise e interpretação dos dados”. A análise descritiva da última wave da European Values Survey é muito detalhada, e dela destaco alguns pontos. Começo pelo aumento, ainda que ligeiro, da percentagem de respondentes em Portugal que se identificam como ateus ou como não religiosos. Adicionalmente, algumas figuras merecem destaque, nomeadamente a Fig. 9 (p. 50) relativamente à prática religiosa dos católicos e a Fig. 15, que evidencia como os católicos são os que atribuem maior importância à religião. O Quadro 19 (p. 58) mostra a associação entre crenças, merecendo leituras sociológicas de maior profundidade.

A Fig. 29 (p. 66) mostra como os Portugueses são seletivos na vizinhança, evitando a proximidade a alcoólicos, toxicodependentes ou ciganos. O subcapítulo da “Dimensão social” pede leituras mais profundas, nomeadamente depois de se verificar a proximidade das respostas dos católicos com as dos não católicos em matéria de confiança geral. O subcapítulo faz ainda uma análise fatorial dos dados primários observados no EVS para os portugueses. Foram extraídos cinco fatores (eixos explicativos das diferenças das respostas): liberdade de consciência, inclusão social, dever cívico, tolerância e dimensão relacional.

Ao detalhar o exercício fatorial, verifica-se que a Confiança na Igreja (Fig. 41) é próxima da confiança na Segurança Social (Estado-Providência), na União Europeia e na ONU (apoio e segurança exógenos). E quem mais confia na Igreja? Mulheres, com 50 anos ou mais (Fig. 42) e com prática religiosa regular (Fig. 43). Somos também informados de que os Portugueses dão prioridade a aspetos como família, trabalho, ócio e amigos, relegando a religião e a política para um plano secundário. Também interessante é constatar a propensão para o voluntariado, assumido sobretudo pelos não católicos (e pelos sem religião), o que levanta a questão de o voluntariado poder ser encarado como catarse do arreligioso. Não nos esqueçamos, entretanto, de que a propensão para o voluntariado é mais forte nos mais jovens e nos respondentes com ensino superior. Entre os católicos, fazem voluntariado aqueles com prática regular de religiosidade.

O livro termina com uma síntese das três dimensões detalhadas (religiosa, social e religiosa pública e privada).

Estamos, pois, perante um livro sério, que concilia a robustez de métodos com um suporte empírico, com a premência da leitura crítica da atualidade. Mas, além da leitura, perpassam na obra conjuntos explícitos de propostas de ação, inclusive de políticas, num tom sempre ecuménico, integrado, holístico. Decerto qualquer leitor encontrará nesta obra desafios académicos, interpelações pessoais e, sobretudo, sinais dos tempos – ou, sem cair em perífrases, do Tempo.

- Receção: 26.09.2023

- Aprovação: 25.10.2023